

Devastação avança com colonos

VALDIR SANCHES

EXTREMA — O mesmo processo de ocupação que destruiu a floresta ao longo da BR-364, de norte a sul de Rondônia, está germinando em outro

ponto da estrada, até agora razoavelmente preservado: o trecho que vai da fronteira até Rio Branco, capital do Acre. É um processo que se repete, pois o próprio governo

estadual abre "linhas" ou vias de acesso aos lotes destinados ao assentamento de colonos. Essas linhas ganham vida própria nas mãos dos invasores e vão-se alongando mata adentro. O que

aconteceu em Mirante da Serra, uma cidadezinha de Rondônia, está começando também em Extrema, povoado de pioneiros disputado por Acre e Rondônia. O que até

há poucos anos não passava de um posto fiscal rodeado por meia dúzia de casebres é hoje uma cidade em expansão na floresta. Os forasteiros chegam e exigem um pedaço de terra e com eles as li-

nhas avançam sem respeitar divisas: do Acre já invadiram o Amazonas. Gente como Décio Menoncim, operador de trator, desempenha um papel importante nessa história.

Extrema cresce e a mata some

Se tudo vai bem, Décio Menoncim e seu trator derrubam um quilômetro de floresta por dia. Nem mesmo as árvores grandes resistem ao D-6 Carterpillar. "Dou duas ou três cutucadas com a lâmina e elas caem", diz Décio. Quando não há jeito, seu irmão Sérgio — um dos quatro homens de apoio na equipe — vem com a moto-serra. Uma vistosa cerejeira tomba em dois minutos. A equipe está abrindo uma "linha", uma estrada que serve aos colonos assentados pelo governo do estado do Acre e aos posseiros que vieram juntos. "Se não tirar a mata não tem progresso", afirma Décio Menoncim.

Ninguém, aqui em Extrema, discorda dele. A cidade ficou uma década encruada, enquanto não se sabia se pertencia ao Acre ou a Rondônia. Há três anos os acreanos resolveram investir nela. Veio o progresso (luz, posto telefônico, um pequeno hospital), e já há sete serrarias em ação (uma delas dos Menoncim). Em 1986 havia 101 famílias; hoje são 1.400, cerca de sete mil pessoas. "Vou-lhe ser franco. Isto aqui está uma bagunça total", admite o capitão da Polícia Militar, Manoel Antonio da Costa, que está deixando o cargo de administrador da cidade. "Ninguém tem controle sobre quem está com que terra", diz ele.

Os dois projetos de colonização (nos moldes dos que foram feitos em Rondônia) criaram 26 linhas na direção do rio Abunã, e outras 26 no rumo do alto Madeira. "Mas onde acabam as linhas, os negos levam a pique, adiante", diz Manoel Antonio. Assim, muitas linhas já venceram os nove quilômetros até a divisa com o Amazonas, e invadiram 32 quilômetros do estado.

Extrema fica às margens da rodovia BR-364, no trecho entre a capital do Acre, Rio Branco, e a de Rondônia, Porto Velho. Esse é o trecho que está sendo asfaltado e tem causado sérias preocupações a entidades ambientalistas internacionais. Essas entidades pressionaram o Banco Interamericano de De-

envolvimento (BID), que financia o asfaltamento, alegando que, sem cuidados especiais, a obra causará danos à floresta. O banco suspendeu o financiamento, e o governo brasileiro criou rapidamente um projeto de proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas — o Pemaci. O financiamento foi reativado, mas contra as propostas alinhavadas no papel (criação de reservas florestais, áreas indígenas etc.) se contrapõe a realidade de Extrema.

Por estes dias, dois funcionários da construtora Mendes Júnior, o feitor de terraplanagem Wantuil Rodrigues e o operador de trator Darcy Oliveira, estão cumprindo uma missão especial. "Do quilômetro 12 da linha dois, vamos abrir uma estrada de 40 quilômetros, na mata virgem, até a reserva dos Caçarari", afirma Wantuil. "É para eles terem uma estrada e poderem tirar sua produção de milho e borracha", acrescenta. Em Extrema contam-se outros detalhes: os índios estão cedendo uma pedreira (pedra é coisa rara no Acre) em troca da estrada. A Mendes Júnior já está preparando para o asfalto (incluindo a construção de três pontes) os primeiros 90 quilômetros da BR-364, a partir de Rio Branco.

Nos três últimos verões, o governo do estado do Acre abriu 170 quilômetros de ramais — o trator rasgando floresta virgem. E o trabalho continua. O subsecretário da Agricultura do Acre, Raimundo de Araújo Lima, estava há duas semanas em Extrema para ajudar a retirar a produção dos colonos. O estado comprou as 600 toneladas produzidas de arroz e milho, e começou a retirá-las. "O solo aqui é novo, que o agricultor livra da floresta. São solos de fertilidade média para alta", diz o subsecretário com otimismo. "A terra aqui só tem dez centímetros férteis", lembra o capitão Manoel Antonio, que assumiu o cargo de administrador em janeiro de 1986. "Do segundo ano em diante não dá mais nada", afirma ele.

A vida não é fácil em Extrema. Chucho, tomate, cenou-

ra são artigos importados de outros estados, que custam perto de 500 cruzados o quilo. Frango vem congelado do Sul. Se o Pemaci, o BIDE, as entidades ambientalistas não conseguirem impedir as agressões à natureza, talvez a própria floresta o consiga. Em Extrema, dos 40 doentes que todos os dias passam pelo precaríssimo hospital local, 70% estão com malária.

Fora de Extrema e de um lugarejo vizinho, a Vila Califórnia, as margens da BR-364 estão ocupadas por grandes fazendas. No estradão de terra de quase 150 quilômetros até os primeiros trechos asfaltados (que seguirão, descontinuamente, até Porto Velho), há fazendas consolidadas, como a Sinuelo, de dois irmãos — os Reis Barreiros, do Paraná — que também têm duas empresas de implementos agrícolas em Rio Branco e uma transportadora. "Minha família comprou a terra há 13 anos, por um preço muito barato", conta Roque Barreiros Júnior, filho de um dos donos. Abriam 550 dos 2.100 hectares comprados e têm 1.930 cabeças de engorda. "O gado abatido é consumido no próprio estado", diz Júnior. O gado a-creano, sabe-se em Rio Branco, também tem grande trânsito, um vaivém entre o estado e cidades bolivianas vizinhas.

No trecho de Rondônia (passa-se a balsa sobre o rio Madeira, na foz do rio Abunã) está Abunã, fundada no começo do século, que experimentou algum movimento com a chegada dos trilhos da Madeira-Mamoré, mas com a morte da ferrovia a cidade voltou a adormecer. Situada numa região pantanosa, ela não despertou grandes interesses, a não ser dos garimpeiros que cavam o leito do rio Madeira em busca de ouro e o contaminam com mercúrio. Mas da cidadezinha para frente há grandes invasões, e não de colonos; técnicos muito bem informados falam num aumento de novos proprietários que conseguiram títulos de propriedade "esquentados" fraudulentamente. Uma vez na terra, começaram as queimadas.



Trator e moto-serra abrem uma linha na mata virgem: estrada para os colonos assentados

Rio Branco já incha com a criminalidade

O discurso dos técnicos do governo do Acre, afinado com a postura do governador Flaviano Mello, fala de um modelo próprio de ocupação, baseado nos recursos e na preservação da floresta (os adversários do governador dizem que ele só está interessado nos financiamentos internacionais). Mas a verdade é que os efeitos dos primeiros movimentos não-coerentes de ocupação podem ser sentidos hoje em Rio Branco, a capital. A cidade pacata, sem desemprego, com baixíssimo índice de criminalidade, viu sua periferia começar a inchar com a chegada dos fazendeiros do sul do País.

Os fazendeiros compravam os seringais para pecuária e não queriam os seringueiros. Expulsos (às vezes com o pagamento de irrisória "indenização"), eles buscavam a capital, que hoje tem sérios problemas sociais e elevados índices de criminalidade e prostituição.

Outras famílias de seringueiros buscaram seringais produtivos, e assim seis mil delas foram parar na Bolívia (o Acre tem 150 quilômetros de fronteira com esse país), onde vivem até hoje. Mas outros seringueiros resistiram e conseguiram manter-se em reservas extrativistas.



Extração de madeira em Extrema: primeiro as adultas

Projetos têm custo muito alto

O chamamento para o Acre começou em 1972, quando o ex-território comemorava dez anos de mundanças para estado. "Acre ano 10, um estado em ação", dizia a propaganda oficial. A pecuária chegou antes das serrarias — só há 150 em todo o estado —, mas apesar dos maciços investimentos feitos até hoje o retorno econômico foi pequeno. O rebanho bovino está estimado em 500 mil cabeças, porém no ICM de 1987 elas representaram apenas 2,6% do setor primário.

As propostas do Pemaci assustam um pouco os técnicos do Acre, especialmente pelo vulto das cifras. "Algumas das soluções propostas, como as reservas extrativistas (de borracha e castanha, por exemplo), são projetos que nós já havíamos desenvolvido. Por isso sabemos que seu custo real é muitíssimo mais barato do que o previsto no Pemaci", diz Jorge Ney Neves, um dos diretores da Fundação de Tecnologia do Acre, Funtac, do governo do estado.

Essas reservas extrativistas, que deixam os seringais para os seringueiros, por exemplo, foram concebidas com a ajuda de uma estudiosa da Amazônia, a antropóloga Mary Allegratti, fundadora do Instituto de Estudos Amazônicos, IEA, com sede em Curitiba. Ela estudou as cifras apresentadas no Pemaci e constatou que são previstos pouco mais de 19 milhões de dólares (Cz\$ 7,5 bilhões) para instalar (ou manter) escolas, postos de saúde etc. para 1.490 famílias em 443.797 hectares de seringais. "Os cálculos que

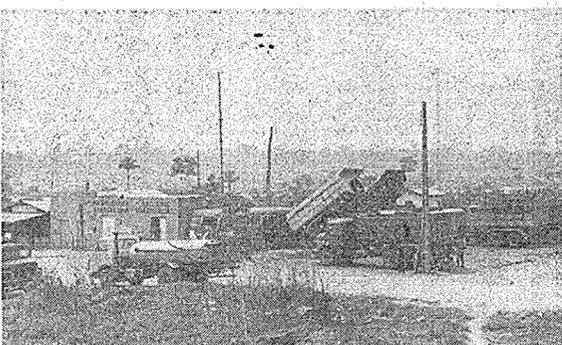
fizemos no IEA chegam a custos muito inferiores", ressalta Mary. "Com os 19 milhões de dólares do Pemaci poderíamos criar reservas extrativistas não nos 443.797 hectares previstos mas em 1,9 milhão de hectares, afirma ela.

Na esfera oficial, técnicos como Jorge Ney Neves, da Funtac, defendem para a área abrangida pelo Pemaci (a porção leste do estado), o zoneamento — "um plano de uso, rápido e institucionalizado pelo governo do estado". Esse plano se basearia na criação de unidades de conservação, onde seria possível a atividade econômica. Por exemplo, as próprias reservas extrativistas ou o "manejo florestal sustentável" (concepção segundo a qual se extraem as madeiras adultas e se espera amadurecer as jovens). De qualquer forma, unidades de conservação diferem de áreas de preservação. Estas, que Ne-

ves não prevê para a área do Pemaci, são intocáveis.

Outra área que preocupa os técnicos é o trecho da BR-364 entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no oeste do estado — trecho de quase 700 quilômetros, ou quatro dias de viagem com tempo seco. Com mais 230 quilômetros chega-se a Pucallpa, na Bolívia, perto da fronteira. Com outros 600 quilômetros, de asfalto, chega-se a Lima, no Peru, e ao oceano Pacífico. Essa saída para o Pacífico poderá trazer grande impacto para o Oeste do Acre — uma região ainda preservada.

Fora do Cruzeiro do Sul, no resto do estado, a natureza promove sua própria preservação em dois momentos: os rios não têm quedas, portanto não há risco de inundações dos lagos das hidrelétricas (os geradores são a óleo, o que é caro e problemático). E como não há pedra, não existem garimpos.



Parada há tempos, Extrema expande-se para a selva